



SEGUNDO TURNO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2026 POSIÇÃO DA DIRETORIA NACIONAL E LIDERANÇAS DE BASE DO SINPAF

Pela Soberania Nacional e em defesa do Desenvolvimento Regional com justiça social, com responsabilidade ambiental e da Ciência Agropecuária Pública e inclusiva

A Diretoria Nacional do Sinpaf dirige-se à categoria para fazer um alerta sobre o segundo turno da eleição presidencial. Desde a sua fundação em 1989, o Sinpaf esteve permanentemente ao lado da classe trabalhadora, lutando pelos interesses coletivos da categoria e pela manutenção da natureza pública das empresas de nossa base, pilares fundamentais da soberania e do desenvolvimento do país.

Neste segundo turno, a definição do Poder Executivo ganha contornos ainda mais críticos ao se somar a um Congresso Nacional eleito formado majoritariamente por uma bancada que defende uma política de enxugamento do Estado, redução do investimento público em Ciência e Tecnologia e privatização das empresas e instituições públicas e ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Diante desse cenário político, precisamos olhar com atenção para o futuro da ciência pública, para a existência e fortalecimento das empresas de nossa base — **Codevasf, Distritos de Irrigação, Embrapa, Empaer e Pesagro** —, e para a segurança de nossas carreiras. A análise comparativa das propostas em disputa revela que o plano de governo do candidato **Flávio Bolsonaro** concentra os maiores riscos e ameaças às trabalhadoras e aos trabalhadores. Os pontos mais críticos encontrados no documento incluem:

1. Arrocho orçamentário e risco de privatização

O plano traz como eixo central a aplicação de restrições severas ao orçamento público. Para o Sinpaf, essas diretrizes sinalizam um cenário de sufocamento financeiro para a manutenção das unidades operacionais e dos projetos de pesquisa e desenvolvimento regional, além de gerar extrema insegurança jurídica sobre o caráter público e social das estatais de pesquisa e desenvolvimento. O texto defende abertamente "um grande tesouração: um corte profundo e por todos os lados, que enxuga a máquina, coloca as contas em ordem e reduz os impostos" (pág.68), prevendo o corte de ministérios e despesas administrativas (pág.69). O documento também propõe "retomar o Programa Nacional de Desestatização" (pág. 70). Soma-se a isso o risco concreto de perda de empregos para



trabalhadoras e trabalhadores da maior parte das empresas que compõem a base do Sinpaf.

2. Ameaça aos vínculos celetistas e omissão sobre concursos públicos

O projeto de governo não menciona em nenhum momento a realização de concursos públicos, via obrigatória para a admissão de empregados públicos celetistas nas empresas estatais de Pesquisa e Desenvolvimento. Essa omissão, combinada com a flexibilização das normas trabalhistas, acende o alerta para a precarização das carreiras, a falta de recomposição dos quadros de pessoal e a erosão do regime celetista nas nossas instituições.

As diretrizes apontam ainda para a continuidade da reforma administrativa e uma "ampla revisão normativa infralegal, na gestão pública e nas áreas tributária, previdenciária e trabalhista" (pág.69). Sob a justificativa de "reduzir gradualmente o custo do trabalho" (pág.43), propõe contratos diferenciados com menor custo na folha para jovens de 18 a 24 anos e para pessoas com 50 anos ou mais desempregadas (págs.43-44).

3. Desvio de fomento da pesquisa pública

O documento apresenta profundas alterações na governança e nas prioridades dos órgãos de fomento científico. Ao direcionar o fomento estritamente para a aplicação comercial imediata, o plano desidrata o financiamento de longo prazo para a ciência de base, a agroecologia, os bioinsumos e a agricultura familiar, áreas nas quais as nossas instituições são protagonistas históricos. Segundo o plano, "a CAPES e o CNPq passarão a priorizar o impacto produtivo, a inovação e a transferência de tecnologia, para que a pesquisa feita na universidade chegue à indústria e vire produto, emprego e renda" (pág.36).

4. Ataques à organização sindical

O programa adota uma postura explícita contra a atuação das entidades representativas, afirmando que "o país precisa se posicionar contra a República Sindical, em que os interesses de dirigentes das entidades se sobrepõem ao interesse dos trabalhadores". Além disso, reforça a defesa irrestrita da prevalência do "negociado sobre o legislado" (pág.44). Nas empresas estatais federais, onde o orçamento de pessoal e as diretrizes salariais sofrem rigoroso controle por parte do governo (como a SEST/MGI), a força do sindicato é a única barreira de proteção do trabalhador nas mesas de negociação. Enfraquecer a representação coletiva sob o argumento de combater as entidades abre caminho para que a direção das



empresas imponha perdas de direitos históricos e supressão de conquistas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

As estatais de pesquisa e desenvolvimento pertencem à sociedade brasileira e são pilares fundamentais para a soberania alimentar, a transição agroecológica, o apoio à agricultura familiar e o avanço tecnológico do país. Impor uma visão de Estado estritamente voltada ao corte de despesas e enfraquecer os mecanismos de proteção ao trabalho e de negociação coletiva é condenar ao retrocesso uma estrutura que levou décadas para ser construída.

Por outro lado, no plano de governo do candidato **Luiz Inácio Lula da Silva** em relação às empresas públicas e aos trabalhadores, a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) ocupam um papel central como ferramentas fundamentais para garantir a soberania nacional, impulsionar a reindustrialização e promover o desenvolvimento sustentável. Destacam-se os seguintes aspectos:

1. Fortalecimento das estatais e soberania nacional

A proposta defende o fortalecimento de empresas públicas e de economia mista como indutoras do crescimento, da inovação e da soberania nacional — especialmente em setores considerados estratégicos, como energia, infraestrutura, mineração e tecnologia (conectividade, inteligência artificial e transição energética) (pág.11).

2. Valorização do serviço público e representação sindical

O plano prevê o fortalecimento das instituições públicas de atendimento e fiscalização (como na saúde, educação e proteção trabalhista), apontando para a valorização dos quadros do funcionalismo público e a recomposição de capacidades estatais. Além disso, a proposta reafirma o fortalecimento da representação sindical e propõe a regulamentação da negociação coletiva no setor público e privado (págs.75-77).

3. Retomada e blindagem de recursos

O programa enfatiza a reconstrução e a proteção do orçamento voltado à pesquisa, criticando o desmonte e a pulverização de recursos passados. O foco é garantir financiamento contínuo e estruturante por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), direcionando aportes para laboratórios, infraestrutura acadêmica e bolsas de fomento (pág 51). Também há diretrizes e metas de expansão progressiva dos investimentos públicos e privados



em pesquisa e desenvolvimento (P&D), buscando aproximar o Brasil de patamares internacionais mais competitivos de aplicação do PIB na área (pág. 50).

4. Articulação entre universidade, estado e setor produtivo

O texto propõe uma forte integração entre universidades, institutos públicos de pesquisa (como a Embrapa, Oepas e instituições tecnológicas) e o setor empresarial. O objetivo é transformar o conhecimento acadêmico gerado internamente em soluções práticas para a neindustrialização com base na bioeconomia e transição justa. O documento enfatiza ainda que "a Embrapa será fortalecida para consolidar a liderança do Brasil em tecnologia agropecuária tropical, com investimentos em biotecnologia, edição genômica e cultivares mais resistentes a pragas e secas" (pág. 62).

5. Controle e governança

O documento também aborda o aprimoramento da transparência e da governança corporativa nas estatais, alinhando a gestão dessas empresas a diretrizes de sustentabilidade fiscal, responsabilidade social e planejamento de longo prazo (págs. 10-11).

Diante do cenário que se desenha para o futuro do país, o Sinpaf reafirma sua missão histórica de defesa intransigente da categoria, dos concursos públicos, das carreiras estruturadas e do fortalecimento da negociação coletiva. O sindicato conclama todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores da base a participarem das ações de mobilização em defesa da classe trabalhadora e refletirem profundamente sobre a grande diferença entre os projetos de Brasil.

A defesa da dignidade profissional e do caráter público da ciência brasileira é um compromisso inegociável. Dia 25 de outubro compareça às urnas e exerça seu voto com responsabilidade.

Brasília, 14 de outubro de 2026.

Assinam esta carta:

Diretoria Nacional do Sinpaf

Jean Kleber Silva (presidente), Jasna Luna (vice-presidenta), Antonio Guedes (secretário-geral), Jorge Menezes Vidal (secretário-geral), Zeca Magalhães (Administrativo e Financeiro), Elanderson Soares Lima (Administrativo e Financeiro), Antonio Marcos Santos Pereira (Comunicação), Raul Costa Mascarenhas Santana



(Comunicação), Jorge Severo da Costa (Formação Sindical), Sabrina Foloni (Formação Sindical), Michelliny Pinheiro de Matos Bentes (Ciência e Tecnologia), Marcus Vinicius Sidoruk Vidal (Ciência e Tecnologia), Adilson Ferreira Mota (Assuntos Jurídicos e Previdenciários), Joaquim Cleber Rodrigues Sousa (Assuntos Jurídicos e Previdenciários), Waltherlenne Englen Freitas de Lima (Relações Institucionais), Franciana Aparecida Volpato (Políticas Sociais e de Cidadania), Regina Célia Nobre Benício (Políticas Sociais e de Cidadania), Pedro de Souza Melo (Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente), Sérgio Cobel da Silva (Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente), Sara Lucas Araújo (Mulher), Silvana Buriol (Mulher), Michele Fernandes Pereira (Regional Norte), Valterlei Moura (Regional Norte), Paulo José da Silva (Regional Nordeste), José Afonso Lima de Abreu (Regional Nordeste), Débora Bastos de Oliveira (Regional Centro-Oeste), Ademilson da Silva Oliveira (Regional Centro-Oeste), Felipe Haubert Pilger (Regional Sul), Fabiane Goldschmidt Antes (Regional Sul), José Carlos Sá Ferreira (Regional Sudeste), Ricardo Vieira da Silva (Regional Sudeste).

Lideranças de Seções Sindicais

Ademar Rodrigues Neto (Londrina), Ana Paula de Queiroz (Cenargen), Andrea Matos (Solos), Ariano Rabelo de Paiva (Seção 1ªSR), Bernardo Macke Frank (Bagé), Carmelita do Espírito Santo (Agrobiologia), Celso Torres (Seção 7ªSR), Diogo Alves da Silva (SINOP), Divonzil Cordeiro (Tocantins) Eduardo Scarquette de Souza (Seção 2ªSR), Fabiane Goldschmidt Antes (Concórdia), Francisco Cinésio Cacao (Embrapa Sede), Hermes Villanova (Dourados), Igor Schabib Peres (Pantanal), Ilmarina Campos de Menezes (Pará), Ivonete Ibiapina (Codevasf Sede), Jorge Menezes Vidal (Seção 4ªSR), José Carlos Sá Ferreira (Agroindústria de Alimentos), Manoel da Costa Santos (Seção 5ªSR), Neio Lúcio Ramos Silva (Gado de Leite), Odirlei Dalla Costa (Passo Fundo), Oneilson Medeiros de Aquino (Hortaliças), Paula Schultz Bittencourt Pucci (Florestas), Paulo José da Silva (Seção 3ªSR), Raimundo Nonato de Souza Junior (Parnaíba), Raul Costa Mascarenhas Santana (São Carlos), Ricardo Costa Rodrigues de Camargo (Campinas), Ronaldo José Fernandes Freitas (Seção 6ªSR), Sara Lucas Araújo (Recife), Simone Alves (Amazonas), Silvana Buriol (Bento Gonçalves), Vanderlei Domingues Fagundes (Pelotas), Valterlei Moura (Acre).